NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Ago

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2383/ 2020

O Estado paraguaio deve responder a uma demanda perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso de demissões em massa no Prosegur Paraguai

187 ex-trabalhadores do Prosegur Paraguai entraram com uma queixa na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica. Os demandantes pedem que sejam reparados os danos causados pelo Estado paraguaio, incapaz de vigiar e exercer sua autoridade perante uma empresa multinacional, para que sejam cumpridos os direitos consagrados na Constituição Nacional daquele país.

Os queixosos alegam que os órgãos administrativos e judiciais assumiram que não havia demissões, mas sim um acordo entre os trabalhadores e a empresa, quando na verdade foi amplamente demonstrado que a Prosegur simulou um ato jurídico disfarçado de acordo, fazendo-os assinar, sob ameaças e extorsão. , documento que, além disso, não tinha a presença adequada do sindicato e dos representantes legais dos trabalhadores

afetados pela medida.

Segundo o depoimento dos representantes sindicais, o objetivo da Prosegur era liquidar o sindicato e, consequentemente, qualquer processo de negociação coletiva. Direitos constitucionais, direitos do código do trabalho e convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinadas por esse governo foram violadas. "Durante oito longos anos, os trabalhadores ficaram em uma situação de orfandade legal diante da impunidade com a qual a empresa agiu, apoiada por um Estado ausente e indiferente." Os trabalhadores demitidos esgotaram todos os procedimentos internos de reclamação, agora recorrendo a um órgão supranacional. Para eles, "o Estado paraguaio não interveio, não exerceu mediação, não fez valer os direitos trabalhistas, a empresa demitiu seus trabalhadores por sua vontade" (em anexo,

Antecedentes: Prosegur: conduta anti-sindical e violação de direitos humanos e trabalhistas

Em 30 de julho, oito anos se passaram desde um dia desastroso para o sindicalismo paraguaio; nesse dia, a empresa Prosegur demitiu massivamente 327 trabalhadores e, com ela, a dissolução do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados da Prosegur naquele país, o SITEPROPASA.

"Essa demissão disfarçada tornou visível um Estado ausente que, em vez de proteger os direitos dos mais vulneráveis, trabalhou a favor de uma multinacional que deixou centenas de trabalhadores e suas famílias nas ruas", disse Marcio Monzane, secretário regional da UNI Américas; Isso foi feito "dentro da estrutura do governo de fato de Federico Franco, que acabara de realizar um golpe contra Fernando Lugo".

Desde a criação do sindicato, em 2011, a Prosegur demitiu os trabalhadores que o formaram e não responderam às demandas exigindo o reconhecimento da periculosidade no transporte de valores, segurança e saúde no trabalho e um acordo coletivo.

Em 2012, devido à falta de resposta da empresa à situação de seus trabalhadores, que continuavam atendendo suas necessidades fisiológicas em caminhões e realizavam trabalhos com altas temperaturas, veículos em mau estado e sem ar-condicionado, o sindicato decidiu entrar em greve. . Diante dessa medida de luta, a empresa decidiu "retomar" as negociações e, no dia em que os trabalhadores retornaram aos seus empregos, foram trancados sem seus representantes ou consultores jurídicos para forçá-los a assinar um acordo de rescisão do trabalho com a ameaça de uma declaração de "ilegalidade de greve". Posteriormente, a empresa retirou e retirou a referida declaração, cumprindo um instrumento de coerção. - Cronologia dos eventos aqui

Marvin Largaespada, diretor regional do UNI Americas Property Service, expressou seu compromisso com os trabalhadores da SITEPROPASA e da Prosegur em toda a região: "8 anos se passaram, mas não esquecemos o que aconteceu com nossos colegas no Paraguai. Continuamos a denunciar essas políticas e violações de direitos humanos neste país e em todos os países onde ocorrem irregularidades com os trabalhadores da Prosegur ".

A Prosegur está presente em mais de 26 países em todo o mundo e faturou 160 milhões de euros em 2019, mas isso em muitos casos não se traduz em melhores condições de trabalho para seus trabalhadores. A segurança privada multinacional espanhola foi denunciada em várias ocasiões perante a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a OIT, para casos na Colômbia, Peru, Paraguai e Brasil.

Fonte: UNI

Vigilantes de Alagoas entram em greve para cobrar reposição salarial

Trabalhadores pretendem se concentrar, nesta segunda-feira, em frente a agências da Caixa Econômica

Vigilantes de Alagoas entram em greve para cobrar reposição salarial

Os vigilantes de Alagoas decretaram greve geral, a partir desta segunda-feira (3), para cobrar reposição salarial. O movimento está sendo comandado pelo Sindicato dos Vigilantes do Estado de Alagoas (Sindivigilantes/AL) e, conforme foi anunciado, só deve ser encerrado após o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgar o dissídio coletivo da categoria.

Em Alagoas, são cerca de 6 mil vigilantes, dos quais 550 trabalham em bancos espalhados pela capital e interior. Os trabalhadores pretendem se concentrar à porta das agências da Caixa Econômica Federal (CEF), sem impedir, no entanto, o acesso dos servidores.

O presidente da entidade, José Cícero Ferreira da Silva, informou que a paralisação somente foi deflagrada por causa da falta de entendimento com as empresas, que não previam, este ano, qualquer melhoria nos salários destes profissionais contratados.

"Estas empresas alegam que a pandemia impede que se conceda reajuste em 2020, mas os vigilantes fazem parte das categorias enquadradas no serviço essencial. Muitas instituições permaneceram abertas e lucrando neste período de quarentena, a exemplo dos bancos. Portanto, esta não é a desculpa viável para nem aplicar a reposição inflacionária, já que abrimos mão do ganho real", explicou.

Segundo Ferreira, a campanha salarial foi iniciada em outubro do ano passado. Os vigilantes cobram aumento de 4,48% nos vencimentos e no valor do ticket-alimentação, retroativo a janeiro, mês da data-base da

categoria. Este percentual equivale ao INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor] acumulado do ano passado.

"Vamos permanecer em greve, já que este foi o último recurso que dispomos para que o TRT julgue o nosso dissídio. Foram três audiências judiciais com a presença do Ministério Público do Trabalho, mas as propostas apresentadas foram rejeitadas pelas empresas, forçando a categoria a optar pela paralisação", destaca o presidente.

Além do pleito salarial, os vigilantes cobram melhores condições de trabalho. O sindicato contabiliza que, desde o início da pandemia, oito profissionais morreram e mais de 100 foram infectados pela Covid-19. "E as empresas não estão dando assistência aos trabalhadores doentes", denunciou Ferreira.

Fonte: Portal Gazetaweb.com

COMUNICADO PARA A POPULAÇÃO ALAGOANA

COMUNICADO SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇO DE SEGURANÇA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, EMPRESAS ORGÂNICAS E SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS DO ESTADO DE ALAGOAS, INSCRIÇÃO NO CNPJ Nº 11.918.117/0001-75, REPRESENTANTES DA(S) CATEGORIA(S) PROFISSIONAL DOS VIGILANTES, DOS DEMAIS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES, DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMONIAL, DOS EMPREGADOS DE ESCOLAS E CURSOS DE FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES, DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA, DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO, DOS EMPREGADOS NOS DEPARTAMENTOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DE ESTABELECIMENTOS OU EMPRESAS DE OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, PRIVADAS, EMPREGADOS DE TESOURARIA DAS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, VIGIA, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, VIGILANTE BOMBEIRO, vem informar que, de acordo com o art. 4º da Lei 7783/89 e deliberações da assembleia da categoria realizada no dia 27 de julho de 2020, estaremos paralisando as atividades de Vigilância Patrimonial, a partir da 00:00 hora do dia 03 de agosto do corrente, (segunda feira), por tempo indeterminado, devido a falta de atendimento por parte dos Empresários das empresas de Vigilância e Segurança Privada do estado de Alagoas, resultando no impasse nas reivindicações da categoria constante na minuta de Convenção Coletiva de Trabalho de 2020, enviada anteriormente. Devendo a população de Maceió, se organizar frente a esse movimento paredista, respeitados os limites do Artigo 11 da citada Lei, que deverá provocar a paralisação das atividades de Vigilância Patrimonial, nas redes Bancarias e demais postos de serviços, desta Capital, e Cidades do Interior do estado de Alagoas. Ao tempo em que, apresentamos nossa disposição de negociar a superação dos impasses que entravaram as presentes negociações, no sentido de causar o menor prejuízo para a população alagoana.

Maceió - Al, 31 de julho de 2020.

José Cícero Ferreira da Silva

Presidente

AUMENTO SALARIAL/DISSÍDIO COLETIVO: TRT PUBLICA DECISÃO DO DIA 24 E CONFIRMA: AS EMPRESAS TEM DE PAGAR COM AUMENTO, JÁ.

O Tribunal Regional do Trabalho publicou às 15h11 desta sexta-feira o teor da decisão dos Embargos de Declaração julgados na sexta passada (24).

O tipo de recurso é de mero esclarecimento e, como tal, a decisão publicada hoje:

- reafirma a decisão de 16 de junho (greve legal, reajuste em 2019 e 2020, pagamento do retroativo e manutenção de todas as conquistas);
- faz pequenos ajustes e esclarecimentos;
- reafirma, no seu inicio: “Logo, cabe o cumprimento de suas decisões de imediato”.

Portanto os patrões têm de cumprir a decisão da Justiça, pagando, de imediato, os salários reajustados.

Qualquer colega pode consultar a integra da decisão na pagina do Tribunal (www.trt5.jus.br). O numero do processo é o 0000410.97.2020.5.05.0000.

o Sindicato já está tomando providencias para cobrar o reajuste, de imediato.

Se liga na luta e na conquista!

PATRÕES PAGUEM O AUMENTO, JÁ!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

(AVISO 5 + 200 NOMES – PARA DIA 04/8)

MAP NO PACOTE DE 1500 BENEFICIADOS/ PAGAMENTO DE PROCESSO:

700 VIGILANTES BENEFICIADOS POR AÇÃO DO SINDICATO. MAP CONDENADA POR DANO MORAL E DUMPING SOCIAL

A conta da quantidade de trabalhadores com créditos já repassados ou previstos para repasse para os meses de julho e agosto, em pleno estado de calamidade pública, já ultrapassou os 1500 Vigilantes.

E no meio de uma pandemia mundial, de uma ameaça real a vida de todos a justiça libera uma primeira parte de uma condenação contra a empresa MAP por DANO MORAL E DUMPING SOCIAL decorrente do desonesto habito de fazer exame periódico dos Vigilantes somente a cada dois anos, quando a legislação mandava fazer a cada ano e recebia dos contratantes para isto.

Mesmo recorrendo até a Brasília a MAP perdeu e agora pagou a parte da condenação do Dano Moral e do Dumping Social (falta pagar a multa por descumprimento) e este valor será repassado integralmente pelo Sindicato a 700 vigilantes Map ou ex-Map que estão relacionado neste processo. Paralelamente o processo continua cobrando as multas correspondentes ao não cumprimento da decisão judicial quando da condenação em 2016/2017.

MAS O QUE É MESMO DANO MORAL E DUMPING SOCIAL?

Quando o empregador por ação, omissão voluntária, negligencia ou imprudência viola o direito ou causa dano ao empregado. No caso por negligenciar voluntariamente com a saúde dos Vigilantes.

Já o Dumping Social é caracterizado por práticas desumanas de trabalho com objetivo de reduzir custos e, assim, aumentar o lucro do empregador. Trata-se de descumprimento reincidente aos direitos trabalhistas, capaz de gerar um dano à sociedade e constituir um ato ilícito.

QUANTO É O CRÉDITO NESTE MOMENTO E COMO RECEBER?

- São 700 Vigilantes relacionado no Processo;
- Do crédito liberado, cabe 122 reais para cada um;
- Em razão deste momento de pandemia, o Sindicato está agendando para comparecimento na sede.

Para este grupo 5 estão relacionados 200 colegas (lista abaixo)para o próximo dia 04/08 - terça-feira, das 08 às 10h, no Sindicato (divulgaremos com antecedência através das redes sociais a listagem dos próximos grupos e dias de agendamento);

- Fique ligado nas convocações;
- Para o pessoal do interior orientaremos nos próximos dias acerca do cadastramento pela internet e encaminhamento de documentos para deposito em conta.
- Precisa levar copias e originais de documentos: RG, CPF e CTPS – pagina da foto e verso, pag.do contrato Map;

Confira os nomes do 5º Grupo para dia 04/08 – 3ª feira no site da entidade.

VIGILANTES MAP OU EX-MAP – CREDITO NO SINDICATO – PROCESSO 1133.2015.13ª – SINDVIGILANTES/BA X MAP (EXAME MÉDICO PERIODICO):

É COMBATE AO DESRESPEITO, A DESUMANIDADE.

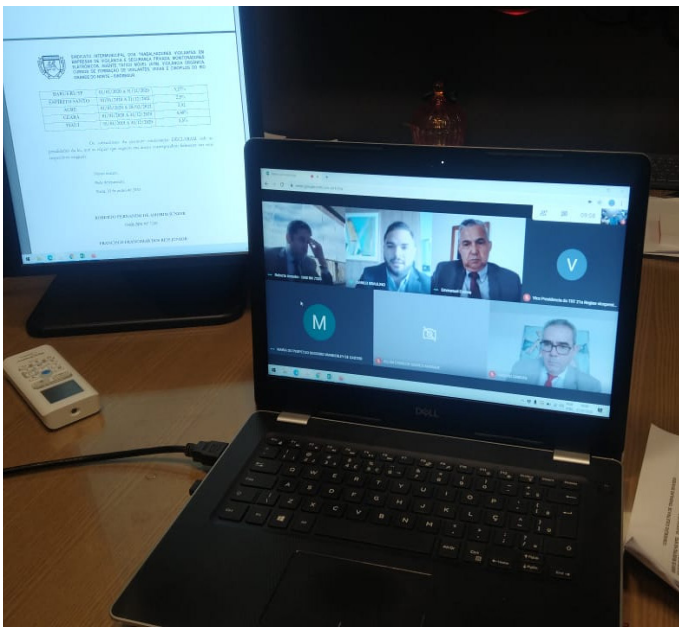
ESTAMOS FALANDO DA MAP: "MAQUINA DE MOER GENTE"!

É LUTA. É CONQUISTA!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

RIO GRAN DE DO NORTE

Segunda audiência de mediação: Sindsegur X Sindesp/RN



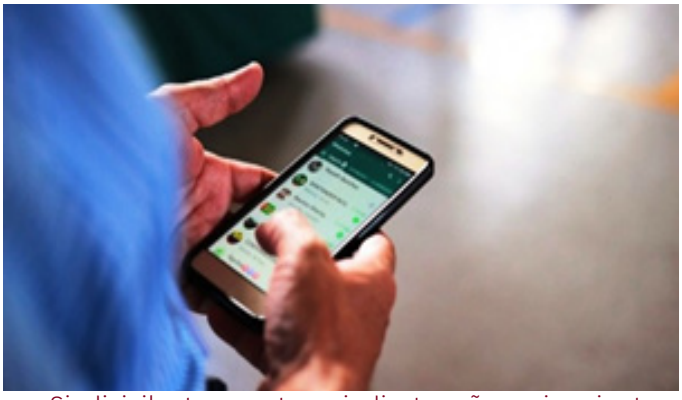
A Segunda mediação de negociação salarial 2020-2021 encerrada, com a presença do Sindsegur, do MPT o Procurador Aroldo Teixeira, os advogados do Sindesp/RN; e mais uma vez com total desrespeito com determinação da justiça, o presidente do Sindesp/RN faltou a audiência de negociação. Com isso, a Desembargadora Maria Perpetuo observou que existem dois pontos em divergência: Reajuste salarial e o trabalho Intermitente. Além disso, o Sindesp/RN não apresentou proposta. A desembargadora marcou nova audiência de negociação.

Com a ausência do presidente patronal, o senhor Edmilson Pereira. Percebemos que o sindicato patronal não quer negociar com o sindicato laboral. Motivos temos de sobra, reajuste salarial e o intermitente. Em todo momento os advogados vem colocando em pauta a pandemia e futuras demissões por parte das empresa de segurança, sabendo que não existem nenhuma possibilidade de demissões já que estamos gradativamente retornando a economia em nosso estado. O "Se" para o patronal é muito usado, "se isso, ou aquilo acontecer". Mas em nenhum momento é colocado dados concretos ou a realidade de alguma empresa que usou demissões em massa em nosso estado. Muito fora da realidade, o Sindesp/RN tenta de todas as formas empurrar com a barriga e de forma desonesta tenta a todo custo a não negociar com os trabalhadores vigilantes.

O Sindsegur, através, do seu corpo jurídico apresentou toda documentação relacionada às CCT's de outros estados que fecharam acordos acima da inflação neste ano. O Sindsegur em todo momento demonstra querer negociar, entretanto, o patronal tenta se esquivar das negociações. Portanto, o sindicato dos trabalhadores vigilantes do Rio Grande do Norte amparado pela lei cumpri todos os prazos determinados pela Magistrada. A Desembargadora Maria do Perpetuo solicitou mais uma audiência para que possamos dar um fim nisso tudo, no dia 10 de agosto, às 9h, via vídeo conferência. Sindsegur é trabalho!

FONTE: SINDSEGUR

SINDICATO VAI DENUNCIAR EMPRESAS E SINDESP AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Sindivigilantes e outros sindicatos vão assinar juntos a denúncia devido às mensagens das empresas (Imagem: Pixabay)

A Rudder, Epavi e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp-RS) vão ser denunciadas pelo Sindivigilantes do Sul ao Ministério Público do Trabalho (MPT), na próxima semana, por prática antissindical e por enviarem mensagens pressionando os vigilantes a votar numa pesquisa sobre um suposto acordo coletivo sem aumento nenhum.

Outros sindicatos da categoria também devem assinar o documento ao MPT, pois a situação é a mesma, nenhum fechou acordo e os vigilantes estão recebendo essas mensagens. Caso outras empresas adotem a mesma prática vão ser arroladas na mesma denúncia.

Nos últimos dias, chegaram mensagens para os vigilantes pressionando para que respondam favoráveis à tal pesquisa de opinião. A pergunta é se os trabalhadores aceitam ou não que seja firmado um acordo coletivo de trabalho sem reajuste salarial que, pela lógica, seria firmado entre as empresas e os sindicatos representativos dos trabalhadores.

Além de apresentarem uma informação incorreta, de que a reposição da inflação seria de 3% (são 4,30% na data-base, 1º/02), os patrões ainda tentam intimidar os vigilantes com possíveis demissões, corte do adicional de uniforme, adicional de risco e adicional de alimentação. Usam como desculpa a pandemia, que estaria inviabilizando o reajuste dos salários.

Mas o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, lembra que não havia pandemia no início das negociações, em janeiro, e mesmo assim as empresas não apresentaram proposta de reajuste, apenas um abono que sequer cobria as perdas inflacionárias. Além disso, as empresas não dão qualquer garantia de manutenção do emprego aos vigilantes, caso seja aceito esse acordo com ZERO de aumento.

"Estamos enviando a denúncia ao Ministério Público contra Epavi, Rudder e Sindesp, porque é inaceitável que empresas desse porte tentem fazer pressão com ameaças para obrigar o trabalhador a aceitar uma coisa dessas", disse Dias. "Não tem valor nenhum essa pesquisa, pois quem tem legitimidade representar a categoria, realizar assembleias para que opinem e votem, é o sindicato", acrescentou Dias.

O Sindivigilantes e os demais sindicatos da categoria no Estado receberam uma circular do Sindesp, assinado por uma funcionária, com as mesmas ameaças: caso os sindicatos não assinem um acordo nos termos das empresas, elas "podem deixar de pagar adicional de uniforme, adicional de risco, adicional de alimentação, etc".

"Qualquer corte no pagamento dessas verbas implica na violação da CLT", respondeu o Sindivigilantes ao Sindesp. "Caso as empresas venham a suspender o pagamento das parcelas antes referidas, o farão por conta e risco, como um ato unilateral e ilegal", conclui a resposta.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Polícia Federal pede ao Senado urgência na aprovação do Estatuto da Segurança Privada

O Diretor Executivo da Polícia Federal (PF), Carlos Henrique Oliveira de Sousa, no dia 26 de julho, enviou um ofício ao presidente do Senado, David Alcolumbre. No documento, o Diretor Executivo da PF, afirma que "a Polícia Federal entende que o Estatuto da Segurança Privada é de extrema importância para o segmento, havendo consenso entre a classe trabalhadora e a classe patronal quanto ao texto proposto".

O ofício elenca uma série de pontos de queixam clara a importância do Estatuto da Segurança Privada. Segundo Carlos Henrique Oliveira de Sousa, "O atual sistema de segurança privada brasileiro não tem mais possibilidade de evolução sem a aprovação de um moderno regramento, já que a legislação atual, publicada em 20 de junho de 1983 (Lei no 7.102/83) se encontra obsoleta, engessando todo o sistema, inclusive os mecanismos de controle estatal."

O Diretor Executivo da PF diz ainda que "sabe-se que a criminalidade avança a passos largos, quantitativa e qualitativamente, especialmente quanto ao aperfeiçoamento tecnológico, enquanto que as empresas de segurança privada não têm meios de acompanhar essa evolução, por falta de previsão ou por barreiras criadas pela legislação vigente."

O documento pede também que o Senado possa restabelecer a tramitação em regime urgente, o que levaria o texto diretamente para votação no plenário da casa. "Todavia, com o final da legislatura, o Estatuto da Segurança Privada perdeu o regime de urgência, voltando a tramitar nas Comissões do Senado Federal. Diante disso, é o presente para solicitar providências e devidos encaminhamentos, a fim de viabilizar a proposição de regime de urgência e, por fim, a votação do Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras (SCD n° 6, de 2016, ao PLS no 135, de 2010), perante o Plenário dessa Casa, por se tratar de medida que representará evolução para o sistema de segurança privada no país, além de possibilitar o combate à clandestinidade, dentre outros avanços que, de um modo geral, interessam a todos os atores envolvidos", concluiu Carlos Henrique Oliveira de Sousa.

Fenavist

O Posicionamento da Polícia Federal reflete o trabalho feito pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), que tem atuado junto com à PF e ao setor laboral pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Estimativas preliminares apontam que cerca meio milhão de empregos diretos podem ser gerados inicialmente. O número representa 50% dos vigilantes aptos a trabalhar e que estão desempregados hoje. O texto do Estatuto tramita no Congresso Nacional há uma década. Ou seja, já se cumpriu todo o rito necessário, sendo a proposta discutida exaustivamente.

FONTE: FENAVIST

Senado aprova MP de Bolsonaro que extingue PIS/PASEP. Entenda como fica seu direito

Diretor Executivo da Polícia Federal (PF), CarloO Senado aprovou em sessão virtual a Medida Provisória (MP) nº 946 do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) que extingue o Fundo do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e transfere os recursos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Como houve mudanças no texto da MP, que havia sido aprovado pela Câmara no mesmo dia, quinta-feira (30), a proposta precisa voltar para ser votada pelos deputados até o próximo dia 4 de agosto (terça-feira), para não perder a validade.

Com a extinção do fundo do abono salarial do PIS/PASEP o trabalhador inscrito nos programas terá direito ao saque do valor total do seu saldo até 1º de junho de 2025. Após este período o dinheiro irá para os cofres da União, que decidirá qual o destino do recurso.

O valor total do PIS/PASEP na conta de 12 milhões de trabalhadores era de R$ 21 bilhões até 2019, ano em que o saque passou a ser feito a qualquer momento, seja pelo titular ou pelos herdeiros (no caso de falecimento). Ainda assim, milhões de trabalhadores não buscaram o dinheiro. Por isso, o governo decidiu dar um prazo de mais cinco anos para o saque. Depois de 2025, o valor será considerado como abandono de patrimônio.

Agora com a transferência do dinheiro do fundo do abono para o FGTS, o trabalhador que pedir o saque do Fundo de Garantia também poderá resgatar o valor da sua conta individual do PIS/PASEP. Para sacar o dinheiro do PIS basta ir até uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF) e o do PASEP no Banco do Brasil (BB), em ambos tem de levar documento oficial com foto.

Tem direito ao saque o trabalhador que teve carteira assinada de 1971 a 1988, já que em 1989 acabaram as contas individuais, e o dinheiro passou a financiar o seguro-desemprego, o abono anual e outros investimentos sociais.

Abono salarial do PIS/PASEP continua a ser pago

A extinção do fundo do PIS/PASEP não alterou o pagamento do abono salarial. Cujo calendário de pagamento teve início no dia 16 deste mês para quem nasceu em agosto e vai até julho do ano que vem quando será pago para quem nasceu em maio.

Continua a ter direito ao abono o trabalhador cadastrado há pelo menos cinco anos no programa, e que tenha recebido até dois salários mínimos (R$ 2.090,00), num empego formal no mínimo 30 dias do ano anterior ao saque.

O valor de até um salário mínimo (R$ 1.045,00) será proporcional aos meses do ano que ele tenha trabalhado.

Fonte: CUT Brasil

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF